

ARGENTINA

A Argentina, em 2000, possuía o terceiro maior PIB da América Latina, US\$ 285 Bilhões, sendo o terceiro maior mercado de seguros na região, com o maior gasto per capita de US\$ 191,30 em prêmios de seguros, muito superior a 1990 quando os argentinos gastavam apenas US\$ 87,20 com seguros. Em 1990 o setor de seguros movimentava 1,57% do PIB, crescendo 210% até 2000 representando 2,31% do PIB. Nesses 10 anos a economia da Argentina cresceu 201,5%, portanto, o mercado segurador percebeu um crescimento maior que toda economia do país no mesmo período.



Seguros Obrigatórios por Lei:

Na Argentina é obrigatória a contratação de seguro de vida em grupo para os funcionários de todas as empresas. O seguro de acidentes de trabalho é privatizado e também obrigatório. Assim como no Brasil também é exigido o seguro de terceira parte em automóveis o correspondente ao nosso DPVAT, porém com uma cobertura mínima de US\$ 30 mil, seguros para condomínio e acidentes pessoais de passageiros em transportes públicos.

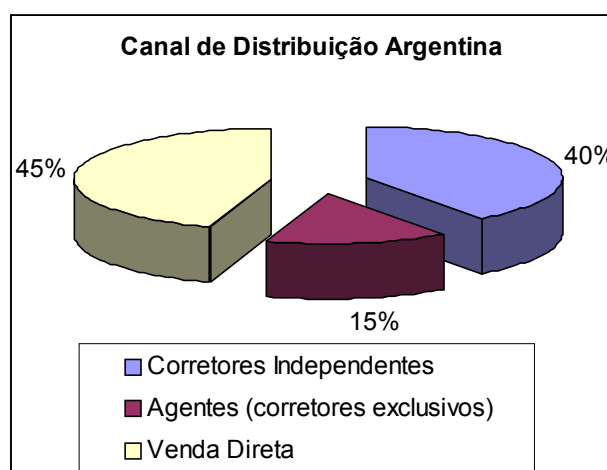
Regulamentação do Setor e Liberdade Tarifária:

A Superintendência de Seguros na Argentina não teve, nos últimos anos, a devida atenção nas operações de diversas seguradoras que operavam no vermelho, sem prevenir como deveria as diversas falências ocorridas nos últimos dez anos. Também vale ressaltar que existem alguns fatores negativos na regulamentação do setor de seguros neste país, como por exemplo, seguradoras estrangeiras poder operar na Argentina sem estabelecer escritório no país, e assim ficam livres dos impostos concorrendo de forma desleal com as seguradoras que geram empregos no local.

Como pontos positivos da regulação temos que em 1991 foi decretado o fim da tarifação, iniciando a liberdade tarifária para que as seguradoras concorram entre si e negociem com seus segurados as taxas de seguros, gerando, a partir de 1992, a concorrência na indústria de seguros. Antes de 1991 os preços eram tabelados.

Canal de distribuição dos seguros e despesas comerciais:

Há liberdade de distribuição dos seguros na Argentina, ou seja, a seguradora pode utilizar venda direta, corretores e agentes, internet, telemarketing, bancos, enfim o canal de vendas que mais lhe convier. A distribuição, até 1998, tinha o seguinte comportamento: 40% através de corretores independentes, 15% através de agentes e 45% através de funcionários da seguradora, em especial telemarketing. Comissões figuram como 15,74%, sendo o maior custo da Despesa Comercial em 20,5%. Pela venda direta as seguradoras apresentam uma Despesa Administrativa muito alta em 29% dos quais 12,15% são encargos trabalhistas. Alguns exemplos das comissões de seguros praticadas são: no ramo



de automóveis variam de 10% à 40% no ramo de property, 10% à 35% e no ramo de cascos de 10% à 30%. Ainda que com um número elevado de funcionários pela venda direta, em média cada seguradora possui apenas 124 funcionários. Em 30 de Junho de 2001 tínhamos 22.663 corretores e agentes de seguros - pessoas físicas, 377 corretoras de seguros - pessoas jurídicas e 47 corretores de resseguros. Nas seguradoras em 1990 eram 21.183 funcionários, com média de 95 pessoas por seguradora, em 2000 o número de trabalhadores nas seguradoras subiu para 27.805, elevando a média para 113 empregados por companhia. Concluímos que, mesmo com a possibilidade de utilização de diversos canais de distribuição, os corretores de seguros exclusivos e independentes são responsáveis por 55% das vendas, e ainda representam um custo menor de 15,74% a título de comissão. Ao passo que a venda direta agregando custos de 12,12% em encargos sociais elevam a despesa administrativa da seguradora para o elevado nível de 29%, e apenas retornam uma produção inferior de 45%.

Resseguros:

O INdeR, Instituto Nacional de Reaseguro, era a estatal que monopolizou por 40 anos, os resseguros na Argentina até o final da década de 80, quando houve o colapso do sistema com a falência do I.N.deR. Em 1989 o governo argentino interviu, quando já era tarde e o setor percebeu perdas de AP\$ 800 milhões. No período de 1992 – 1998 aproximadamente 70 companhias seguradoras faliram em decorrência da insolvência do I.N.de R. (tabela 1). Um novo imposto foi criado de 8,3% sobre os prêmios de seguros para financiar o *run-off* do I.N.de R.. Ou seja, o governo para financiar a liquidação de sua resseguradora instituiu um novo imposto vigente até hoje, reduzindo ainda mais a competitividade do setor.

TABELA 1 – Seguradoras que faliram conforme o ano

ANO	SEGURADORAS FECHADAS
1990 - 1995	56
1995 - 1996	20
1996 - 1997	18
1997 - 1998	20
1998 – 1999	26
1999 – 2000	21
2000 - 2001	16

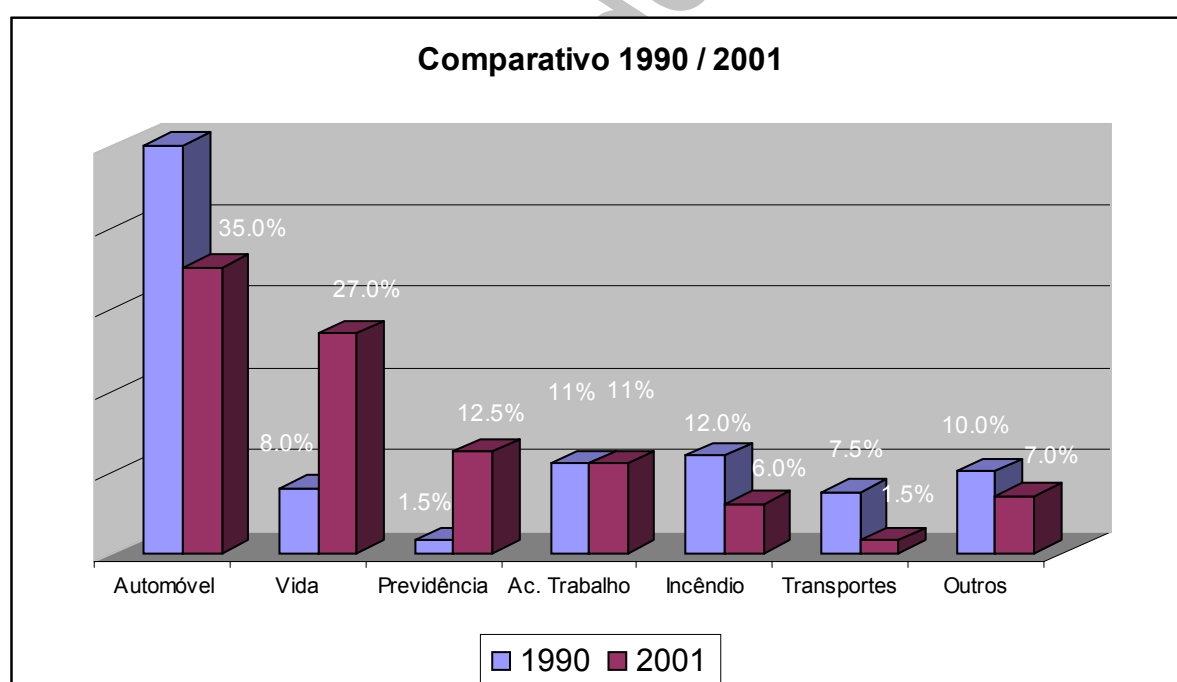
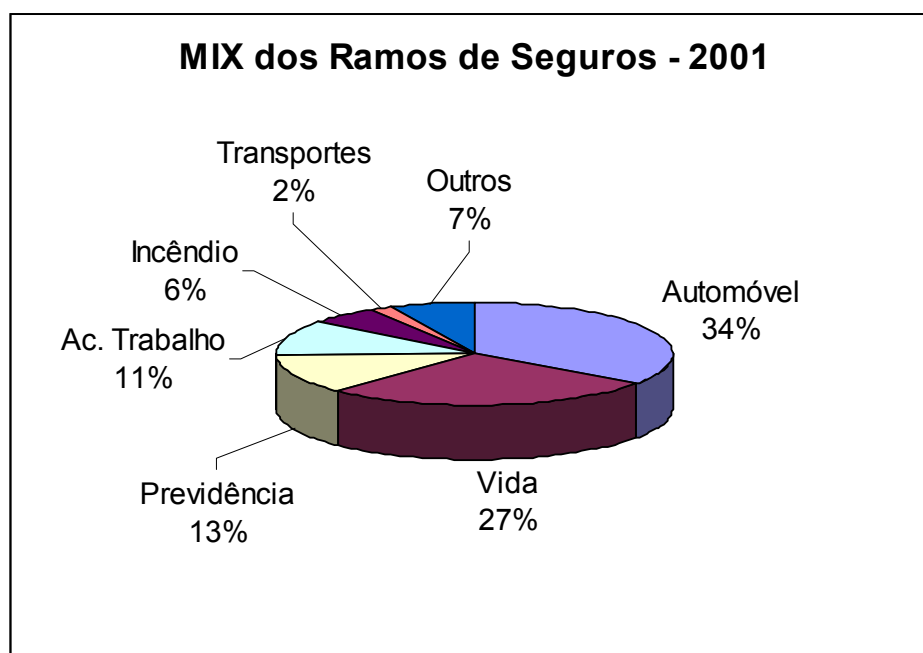
Fonte: Superintendência de Seguros Argentina

Conforme a Superintendência de Seguros da Argentina, em 30 de Junho de 2001 haviam 114 resseguradoras operando no país, das quais quatro têm escritórios estabelecidos em território argentino.

Mix de Carteira – Produção conforme o ramo de seguro:

Na Argentina, assim como no Brasil, o carro-chefe é o automóvel; porém a supremacia deste ramo vem caindo ao longo dos anos, com um significativo e vertiginoso crescimento do ramo vida. Em 1990 o automóvel possuía um *market-share* de 50% que declinou em 2001 para 35%, em contra partida o *market-share* do ramo vida era de 8% em 1990 evoluindo para 27% em 2001. Conforme o gráfico abaixo, o mercado de seguros tem a

seguinte divisão de ramos de seguros na Argentina: Automóvel - 35%, Vida - 27%, Previdência - 12,5%, Acidente de Trabalho - 11%, Incêndio - 6%, Transportes - 1,5%, Outros Ramos - 7%.



O seguro saúde, que é um dos três maiores ramos de seguros no Brasil, não figura entre os seis maiores ramos operados na Argentina, com uma participação inferior a 1,5%. Isto ocorre por que o seguro saúde apenas iniciou operação na Argentina em 1998, até então o sistema funcionava através dos sindicatos que por lei eram os fornecedores dos serviços de saúde. As empresas contribuía com 6% sobre a folha salarial, e o funcionário participava com mais 3% descontado sobre seu salário. Ao todo eram repassados 9% das folhas de todas as empresas ligadas ao sindicato que administrava os planos de saúde daquela indústria. O governo era responsável por serviços de saúde para os carentes e desempregados, entre outros. Ocorre que ambos sistemas não funcionam bem, com uma

qualidade similar ao Sistema Único de Saúde no Brasil – SUS. Para atender a demanda por melhores serviços de saúde, em 1998 a Superintendência de Seguros Argentina permitiu a operação neste ramo.

Fatores Econômicos e Rentabilidade do Setor de Seguros:

Algumas características da Argentina são favoráveis ao desenvolvimento do mercado segurador. A população é 90% urbana, índice superior à média de 75% de população urbana na América Latina e Caribe, o que denota uma maior demanda por seguros principalmente patrimoniais e de responsabilidade civil. O analfabetismo é de apenas 3% dos maiores de 15 anos, quando a média latino americana é de 12%, o que facilita a divulgação da cultura do seguro na população, bem como o correto entendimento da apólice e utilização do seguro causando menor insatisfação no consumidor. O crescimento populacional é de 1,3% ao passo que o PIB cresce à uma taxa de 1,9% indicando um longo prazo com empregos e melhora da renda *per capita*. Em relação a renda *per capita* (pelo método Atlas incluindo remessa de expatriados) a Argentina com US\$ 7.470, supera em quase o dobro da média da região em US\$ 3.680, o que pode indicar uma melhor distribuição de renda que é fundamental para o crescimento do setor de seguros. A estabilidade dos preços e conseqüentemente do poder de compra da moeda, trazidas pela reforma econômica de 1991 é uma questão profundamente relevante. Em 1998 a inflação foi de 0,7%, em 1999 houve deflação de 1,8% e em 2000 de 0,7%, exceto pela deflação que neste caso demonstra a recessão econômica atravessada pela Argentina, a estabilidade de preços e da moeda percebida na Argentina é fundamental para seguros de longo prazo, e como conseqüência observa-se o crescimento do ramo de seguros de vida após 1992. Lembrando que a Argentina teve em 1980 uma inflação anual de 100,8% e em 1990 de 2.314 %.

Como ponto negativo para o desenvolvimento do setor podemos citar a alta tributação de 18% Taxa de Valor Agregado (VAT) sobre os seguros. A este imposto soma-se ainda 8,3% para financiar o “*run-off*” da liquidação do INdeR.

Em 30 de Junho de 2001, conforme a Superintendência de Seguros na Argentina temos 117 seguradoras gerais, 24 seguradoras de previdência, 62 seguradoras de vida, 14 seguradoras de acidente de trabalho. O índice combinado macroeconômico do setor em 2001 foi de 119%, ou seja, a indústria de seguros apresentou uma média de 19% de prejuízo operacional, que foi mitigado em 6% por receitas financeiras. A sinistralidade de 69% é a principal causa do prejuízo, a DA, despesa administrativa, e a DC, despesa comercial, permaneceram nos seus patamares históricos de respectivamente 29,5% e 20,5%. Diferentemente do oligopólio percebido no Brasil, na Argentina notamos uma pulverização dos seguros entre as 217 seguradoras. A maior seguradora chama-se Caja de Seguros S.A. com duas companhias no grupo e 9,74% de participação no mercado, diferença significativa para a segunda colocada, La Buenos Aires Compañia Argentina de Seguros S.A. que possui 3,73% de “*market-share*”. As dez maiores companhias somadas possuem apenas 33,56% do mercado, o que demonstra uma concorrência salutar para o consumidor de seguros.

Reforma da Previdência Social:

A Reforma efetuada na Argentina, diferentemente do Brasil, foi uma reforma estrutural. Com o modelo “paralelo” pois utiliza dois sistemas: o sistema público reformulado e o sistema misto, primeiro na região. Tendo sido sancionada a legislação em 1993, começando a funcionar em julho de 1994. A exemplo do que ocorria antes da reforma, o sistema abrange, compulsoriamente, tanto os trabalhadores assalariados quanto os autônomos. Essa é uma importante diferença em relação aos demais países aqui analisados. O antigo sistema público, administrado pelo Ministério do Trabalho e Seguridade Social, inspirado no Regime de Repartição Simples, o mesmo método utilizado no INSS brasileiro, foi reformulado. Assim como no Brasil foram elevadas as idades mínimas de aposentadoria, o tempo de contribuição mínima, entre outras condições. O aspecto relevante é que o sistema público reformulado continua operante, diferentemente do que se observa na reforma chilena.

O ponto fundamental sobre a reforma previdenciária argentina é que agora há uma segunda opção de plano previdenciário para a população, o sistema misto. Este último é formado por dois componentes obrigatórios e integrados: um é o programa público reformulado, que paga um benefício básico, e o outro componente é a aposentadoria complementar, sob Regime de Capitalização, e que é administrada pelas AFJPs. O segurado pode transferir-se do sistema público reformulado para o sistema misto, mas não deste para aquele. Aos novos ingressantes no mercado de trabalho é dada a opção de escolher entre os dois sistemas. As trocas de AFJPs são limitadas a duas vezes por ano. Excluídos da reforma estão as forças armadas e funcionários das províncias e municípios; a estes é permitido firmar acordos de filiação aos sistemas nacionais.

O sistema público recebe as contribuições de empregadores (16%), de assalariados (11%) e dos autônomos (27%). No caso do sistema misto: o componente público é financiado pela contribuição do empregador (16%), acrescida de idêntica porcentagem do trabalhador autônomo e do subsídio estatal sob a forma de impostos; e o componente privado, com capitalização individual, é financiado pela contribuição de 11% do segurado, seja ele assalariado ou autônomo. O segurado pode contribuir voluntariamente com quantias adicionais, sem limite, para sua conta individual. Todas as contribuições são descontadas em folha pelo empregador e recolhidas a um órgão público de arrecadação central, característica singular e interessante do sistema argentino, o qual, por sua vez, procede à sua distribuição entre as várias instituições seguradoras, inclusive às AFJPs.

No sistema público paga o benefício definido pelo somatório de dois valores: o primeiro é um benefício básico, o que exige 30 anos de contribuição, de conformidade com a receita obtida com as contribuições e com o número de segurados, característica da repartição simples; e segundo soma-se um "benefício adicional" calculado em termos de uma porcentagem do salário-base, este benefício não existia no projeto final, mas o Congresso o incluiu como "recompensa" para aqueles segurados que permanecessem no sistema.

No sistema misto o benefício é parte definido e parte variável: o componente público paga o mesmo benefício básico, acrescido do "benefício adicional" e a este soma-se o componente privado que paga um benefício suplementar baseado no fundo acumulado pelo segurado em sua conta individual, no regime de capitalização.

Um benefício assistencial é pago pelo Estado aos carentes não segurados. As idades mínimas para aposentadoria são de 60 anos para mulheres e 65 anos para homens.

Ao contrário do Chile, mas similarmente ao México, na Argentina as AFJPs não têm um caráter exclusivamente privado nem se dedicam apenas a essa atividade; na verdade, podem pertencer a bancos, empresas seguradoras, sindicatos e instituições públicas, aí incluído o Banco de la Nación (banco central argentino), mas não podem ser operadas pelo sistema público de seguridade social como ocorre no México.

A Reforma Previdenciária Argentina foi mais tímida que a Chilena, porém mais agressiva que a brasileira. Isto explica o volume de recursos previdenciários investidos nas seguradoras ser inferior ao investido nas seguradoras chilenas e superior a seus pares brasileiros. O “benefício adicional” do programa público, incluído politicamente, é que inibe uma maior transferência entre o programa público e o programa misto.

Conclusão:

Supondo que os problemas econômicos enfrentados pela Argentina no início de 2002, que implicaram em um desaquecimento da economia com o fim da paridade entre o peso e o dólar americano, em detrimento dos setores da economia com dívidas em dólar, mas por outro lado incentivando exportações, não tenham afetado a moeda provocando o retorno da inflação e seu fator perverso para o setor de seguros. Concluímos que a indústria de seguros ainda poderá crescer com o desenvolvimento sobretudo do seguro saúde e do ramo vida. A previdência privada, já tendo conquistado espaço relevante, para obter um crescimento mais acelerado depende de uma redução do “benefício adicional” no programa público, fato que naturalmente ocorrerá no longo prazo colaborando para redução do déficit fiscal nas contas públicas.

Como pontos positivos que servem de exemplo para o Brasil temos:

1) Quanto ao canal de distribuição:

A preponderância do canal corretor (55%) na distribuição dos seguros, em detrimento do canal banco ou telemarketing, garantindo dois aspectos que beneficiam sobretudo o consumidor de seguros: em primeiro lugar observa-se uma maior concorrência e distribuição dos seguros, ao invés de um oligopólio dos Bancos percebemos uma concorrência acirrada entre diversas seguradoras; e em segundo lugar ressaltamos que a penetração ou volume de venda é um dos maiores na região, o volume de venda em 2000 com US\$ 7 bilhões, os colocou como terceiro maior mercado da América Latina pouco atrás de México e Brasil, porém muito mais eficiente que estes pois o índice de prêmio / PIB na Argentina é de 2,31% superior a México 1,94% e Brasil 2,13% no mesmo período. Vale lembrar que isto se dá em um mercado livre de legislação sobre o canal de distribuição;

2) Quanto ao resseguro:

A quebra do monopólio de resseguro na Argentina foi forçada pela falência do INdeR, que pela sua inadimplência ocasionou o fechamento de 70 seguradoras. Falências como esta abalam a cultura do seguro no país. Mas a experiência que podemos tirar é que após a abertura 4 grandes resseguradores passaram a operar instalados na Argentina investindo US\$ 30 milhões em reservas no país e gerando muitos empregos. Outras 110 resseguradoras abriram escritórios de representação também gerando empregos. Os resseguros cedidos para o exterior são taxados pelo governo. E todas as operadoras de resseguro são obrigadas a ter uma avaliação mínima em pelo menos uma das principais empresas de rating a saber: Standard & Poor's, Moody's, A.M. Best, Duff & Phelps.

Portanto, concluímos que a abertura do resseguro provoca melhoria para todos, consumidores de seguros, seguradores consumidores de resseguro e sobretudo para os trabalhadores do setor de resseguro;

3) Quanto ao seguro de acidentes de trabalho:

O seguro de acidentes de trabalho, privatizado na Argentina, é um ramo significativo com 11% de participação no setor, e US\$ 770, milhões em prêmios por ano, agregando 0,25% do PIB Argentino correspondendo a quarta maior carteira de seguros do país.

www.segurado.com.br